

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL  
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

**REITOR** Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** Leila Rodrigues da Silva

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

---

**DIRETORA** Miriam Krenzinger Azambuja

**VICE-DIRETORA** Elaine Martins Moreira

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO** Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

---

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

### EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

### EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

### EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

### REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2  
2019  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



**CC BY-NC-ND 4.0**

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

# PRAIAVERMELHA

## **Os espaços de diálogos entre docentes como defesa da formação profissional crítica**

The areas of dialogue between teachers  
as a defense of critical professional training

**Priscila Keiko Cossual Sakurada**

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 695-712

2019

## RESUMO

Considerando que as reconfigurações capitalistas irão impor obstáculos ao projeto de formação profissional crítico, buscou-se neste artigo apresentar os resultados da pesquisa desta autora sobre o campo da formação profissional, a partir dos relatos das docentes dos cursos de graduação do Rio de Janeiro. Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, seguida dos elementos pontuados pelas docentes. Entre os elementos identificados, observou-se que no cotidiano docente os professores não têm dialogado sobre suas propostas pedagógicas de formação profissional.

## PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares.

## ABSTRACT

Considering that the capitalist reconfigurations will impose obstacles to the project of critical professional training, this article intends to present the results of the author's research on the field of professional training, based on the reports of professors of the undergraduate courses in Rio de Janeiro. For this purpose, a bibliographic review was carried out on the ABEPSS Curriculum Guidelines, followed by the elements pointed out by professors. Among the identified elements, it was observed that in the daily teaching professors have not been dialoguing on their pedagogical proposals of professional training.

## KEYWORDS

Social Work. Professional Training. Curriculum Guidelines.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 29.04.2019

## **INTRODUÇÃO**

A partir da pesquisa realizada no doutorado, propõe-se neste artigo apresentar uma parte dos resultados obtidos, buscando contribuir com o debate da formação profissional do Serviço Social.

Entendendo que as reconfigurações capitalistas atuais impõem diversos obstáculos para a defesa e expressão da proposta de profissão contida no Projeto Ético-Político, foram recuperados os elementos centrais que irão contribuir para a construção das Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.

Em seguida, apresentou-se parte dos resultados alcançados na pesquisa, que contou com a participação de assistentes sociais docentes que estão responsáveis por ministrar disciplinas na graduação do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Com base nas respostas obtidas pelas assistentes sociais, pôde-se identificar que os determinantes do modo de produção e reprodução capitalistas se fazem presentes nos mais diferenciados níveis, sendo que, para este artigo, o foco é a problemática da redução dos espaços de diálogos entre os docentes na formação profissional.

Nas considerações finais propõem-se algumas reflexões sobre a importância desses espaços coletivos de diálogos.

## **A PROPOSTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Em 2019, as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS completarão 23 anos, desde a apresentação da sua proposta de formação profissional do Serviço Social.

Acompanhando todo o processo de amadurecimento profissional, as Diretrizes da ABEPSS propostas em 1996 expressam o reconhecimento do Serviço Social enquanto uma categoria profissional requisitada nas relações sociais capitalistas em sua fase madura na

divisão social e técnica do trabalho, no que tange ao enfrentamento das expressões da Questão Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009; NETTO, 2006; NETTO, 2011).

Ainda que na década de 1990 tenha ocorrido a incorporação da proposta de formação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, foi somente a partir do ano de 2001, com a aprovação das novas diretrizes para os cursos de Serviço Social pelo Ministério da Educação (MEC), que passou a vigorar uma nova proposta para a formação profissional. Como já abordado por Iamamoto (2011), as novas Diretrizes aprovadas pelo MEC são distintas daquelas construídas por parte da categoria via oficinas da ABEPSS no período de 1993-1996 e encaminhadas pela equipe técnica.

Apesar dos embates entre exigência legal-jurídica e defesa de um projeto de profissão, que se articulam com os princípios do Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), a categoria ao longo dos anos 2000 conseguiu, especialmente nas Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), garantir a expressão das Diretrizes da ABEPSS em seus Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

Com efeito, o que se viu foram formações profissionais que traziam para dentro do processo político-pedagógico a necessidade de garantir, não apenas uma formação capaz de responder às necessidades do mercado de trabalho, mas uma formação humanística e crítica que se vinculasse à defesa de um ensino superior pautado na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, colocando-se como um lugar capaz de propiciar a formação de sujeitos profissionais comprometidos com a defesa de um projeto de sociedade radicalmente diferente do posto, superando o viés imediatista de uma intervenção minimalista, focalizada no atendimento de demandas imediatas e fragmentadas.

Assim, a proposta de formação profissional que passou a ser desenvolvida no Serviço Social, orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, colocava como necessário que se articulassem e incorporassem os princípios norteadores do projeto profissional – deno-

minado Projeto Ético-Político -, de forma a garantir que o fundamento ontológico-social do trabalho na produção e reprodução do ser social enquanto humano-genérico, propiciasse o entendimento das determinações sociais do surgimento e trabalho do assistente social, o que significaria também, criar e recriar valores éticos, morais e políticos quanto ao papel interventivo da profissão na realidade social (IAMAMOTO, 2011; ORTIZ, 2007).

Isso exigiu daqueles sujeitos que ocupavam os espaços de formação se debruçar sobre os clássicos da economia-política, da filosofia, da antropologia, da psicologia, das ciências sociais, da formação social brasileira, bem como as produções teóricas (com destaque as marxistas), sobre a interpretação histórica e teórico-metodológica do Serviço Social nas relações sociais capitalistas monopolistas (NETTO, 2005).

Havia uma necessidade fundamental de garantir, ao novo corpo de profissionais que se formariam, o entendimento de que o Serviço Social não se constituía como evolução da caridade/filantropia, muito menos se tratava de um trabalho desinteressado e neutro. Mas que se tratava de uma profissão com formação especializada, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sendo o seu trabalho permeado por escolhas éticas e políticas circunscritas nas contradições entre as demandas e requisições sociais das classes nas respostas do Estado às expressões da Questão Social na dinâmica das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009; IAMAMOTO, 2011).

Cabe destacar também que este amadurecimento teve como contributo o surgimento de cursos de Pós-Graduação na área de Serviço Social a partir da década de 1970 em diante (NETTO, 2005), que, diretamente, propiciou a produção de novas pesquisas, em especial no campo das políticas sociais setoriais de saúde, assistência e previdência, estudos sobre as relações sociais de classes no Brasil, trabalho e formação profissional, mundialização do capitalismo, entre outras temáticas.

Esse amadurecimento, que ocorre atravessado pelas novas determinações de classes que são colocadas para o Serviço Social

enquanto profissão, irá sofrer diversos ataques em decorrência das reconfigurações que o capitalismo assumirá no país já na década de 1990 com a tríade ideologia neoliberal, acumulação flexível e reestruturação do mundo do trabalho (HARVEY, 2012; IAMAMOTO, 2011).

No âmbito da formação profissional brasileira, essa tríade se fez acompanhada de uma contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008) que, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, possibilitou a ampliação de instituições privadas de educação superior sob modalidades de ensino distintas do ensino presencial e organização administrativa universitária, rompendo com a lógica do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, as contrarreformas operadas nas universidades públicas se fizeram a partir do modelo de gerenciamento baseado na lógica do produtivismo, redução de recursos humanos, polivalência, multitarefas, captação de recursos por meio de parcerias públicas x privadas, operacionalizando o avanço do projeto de educação capitalista que coloca, neste nível de educação, a função de servir aos interesses privados da burguesia na preparação de mão de obra (e produção de um exército industrial de reserva qualificado), bem como o redirecionamento das produções científicas, a partir de seus financiamentos (ANTUNES; PINTO, 2017; LIMA, 2007; PEREIRA, 2007).

Contudo, cabe destacar que, na contramão desse projeto, também se têm experimentado resistências a este projeto de educação por diversos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, com destaque para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras (FASUBRA), Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), Central Sindical Popular (CSP-Conlutas), Sindicato Nacional de Servidores Federais da Educação Básica (SINASEFE), e oposição de esquerda da União Nacional de Estudantes (UNE).

Ao longo destes últimos anos, essas entidades têm realizado diversas ações de denúncias e enfretamento sobre o direcionamento dos recursos públicos para o atendimento dos interesses do merca-

do privado de educação, cortes financeiros para a manutenção das universidades públicas, ataques à autonomia universitária, privatizações internas operadas via parceria público-privada, e, mais recentemente, o congelamento dos recursos públicos destinados às políticas sociais com a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), que instituiu um novo Regime Fiscal, congelando por 20 anos as despesas do Governo Federal.

Na esfera do Serviço Social, os anos 2000 foram marcados também pela organização das entidades da categoria na defesa de uma formação profissional de qualidade. Em associação com as pautas mais gerais das entidades em defesa da educação pública, a ABEPSS, juntamente com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS's) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), tem realizado diversas ações de enfrentamento ao desmonte do ensino presencial e da universidade. As lutas travadas no campo da formação profissional têm se direcionado na unidade entre profissão e realidade, articulando ensino, pesquisa e extensão, a partir de um rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com destaque para a dimensão investigativa e interventiva como forma de fomentar a efetivação de um trabalho profissional capaz de sustentar o Projeto Ético-Político (ABESS/CEDEPSS, 1997; SANTOS, 2006; ORTIZ, 2007).

Assim, considerando essa realidade, identifica-se a necessidade de entender como os elementos estruturantes do modo de produção e reprodução capitalista atravessam a formação profissional do Serviço Social, uma vez que o cotidiano do trabalho docente nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) ajuda a entender quais são os desafios e disputas que essa realidade coloca para a defesa do projeto profissional crítico.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Conforme já mencionado, a década de 1990 representou para o Serviço Social um avanço na expressão do Projeto Ético-Político, que,

articulado às experiências organizativas da categoria nas diversas esferas da participação político-social, colocava como necessidade que a profissão assumisse o seu compromisso com a defesa dos direitos e luta da classe trabalhadora. Contudo, foi também a partir daquela década que a classe trabalhadora brasileira passou a sentir os primeiros ataques aos seus direitos duramente conquistados e que, em certa medida, haviam sido assegurados na Constituição Federal de 1988.

Fundamentalmente, esses ataques, que prosseguiram nos anos 2000 em diante, irão reatualizar velhas práticas direcionadas às frações subalternas da classe trabalhadora, operando, agora, sob uma lógica combinada de privatização das funções públicas do Estado com o estabelecimento do controle sobre as expressões da Questão Social via responsabilização pontual e fragmentada do setor denominado sociedade civil, subvertendo direitos sociais em serviços sociais.

No campo da cultura e educação, o que se observa com as contrarreformas do Estado (BEHRING, 2008) são políticas pautadas em uma lógica mercantil de consumismo, reforço da meritocracia, imediatismo e subjetivação individual que, por consequência, propiciarão a redução da importância dos espaços coletivos de diálogo, crítica, pluralismo, bem como a supressão da necessidade de mediar o real concreto com os conhecimentos já acumulados pelo homem no campo da Ciência.

Assim, partindo do real concreto, foi realizada uma pesquisa que buscou identificar de que maneira as determinações estruturais e conjunturais do capitalismo contemporâneo incidiam no campo da formação profissional do Serviço Social.

Utilizando-se do método investigativo dialético marxista, foi efetuada uma revisão bibliográfica sobre o campo das relações sociais, com destaque para a articulação entre educação e categoria trabalho, as características principais da educação superior no Brasil e a construção do projeto de formação profissional em voga, junto de uma pesquisa com as assistentes sociais docentes do Rio de Janeiro que estão responsáveis por ministrar disciplinas do Núcleo de

Fundamentação do Trabalho Profissional (NFTP) na graduação, a partir do que está proposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A escolha pelas assistentes sociais docentes responsáveis por ministrar disciplinas do NFTP se deu em razão de se considerar este o Núcleo que irá abordar as particularidades do trabalho do assistente social em detrimento das outras profissões. O objetivo da pesquisa consistia em identificar, conforme realidade das assistentes sociais docentes, quais eram as dificuldades encontradas no processo formativo da graduação sobre o conteúdo do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Isso porque, o que se tem observado é que há uma dificuldade por parte dos estudantes de Serviço Social em determinar o que é o Serviço Social.

Para realizar essa tarefa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, após sua posterior aprovação, deu-se início às participações na pesquisa.

Visando identificar quais eram os elementos estruturais e conjunturais do modo de produção e reprodução capitalistas que incidiam no processo formativo do Serviço Social, foram convidadas por e-mail 103 assistentes sociais docentes do Rio de Janeiro de 8 UFA's presenciais, para responderem um questionário on-line na Plataforma Google Formulários, que ficou disponível para acesso durante 4 (quatro) meses. A fim de realizar este convite, buscaram-se nos sites das UFA's as docentes responsáveis pelos conteúdos do NFTP e também se solicitou aos departamentos dos cursos a listagem com contato de e-mail das docentes.

O questionário possuía 63 perguntas, entre abertas e fechadas, que pretendiam, por meio das respostas das assistentes sociais docentes, identificar os influxos do projeto de educação capitalista na formação profissional e no trabalho docente em Serviço Social, de maneira que se pudesse verificar quais eram as dificuldades encontradas em desdobrar os componentes curriculares das Diretrizes da ABEPSS, garantindo, assim, uma formação profissional pautada no perfil profissional defendido no Projeto Ético-Político.

Cabe destacar que em nenhum momento foi solicitada a identificação nominal da participante e nem da UFA. Para analisar se as diferentes realidades de trabalhos profissionais influenciavam diretamente, foi solicitada apenas a identificação do vínculo profissional. Tendo como objetivo identificar qual a realidade da formação profissional a partir do NFTP, não era de interesse fazer quaisquer distinções entre Instituição Pública ou Privada, ao contrário, buscou-se, inclusive, identificar quais eram os pontos de convergências dos influxos do projeto de educação capitalista que se expressavam no campo da formação profissional dos cursos de graduação do Serviço Social presencial.

Após o prazo de coleta de pesquisa, alcançou-se o retorno de 45 assistentes sociais docentes, garantindo uma porcentagem de 43,7% de participantes. Ainda que num primeiro momento o número de retorno tenha sido abaixo de 50%, as respostas obtidas apontaram elementos que já haviam sido identificados em pesquisa realizada pela ABEPSS em 2008 (ABEPSS, 2008) enquanto elementos recorrentes na formação profissional do Serviço Social, bem como foram identificados novos elementos que estão articulados com a reprodução ideológica contemporânea.

Considerando o limite estrutural deste artigo, focar-se-á em um elemento que, ao longo da pesquisa se destacou, a respeito da maneira como é desenvolvido o processo formativo nas Unidades de Formação Acadêmica do Serviço Social. Assim, como escolha metodológica, apresentar-se-á inicialmente qual é o perfil das participantes da pesquisa, seguido do elemento que se considerou importante para pensar a defesa do projeto profissional.

A partir dos dados coletados obteve-se o seguinte perfil de participantes: 75,6% do gênero feminino, 24,4% do gênero masculino, 22,2% de docentes na faixa etária de 56 a 65 anos, 26,7% de 46 a 55 anos, 44,4% de 36 a 45 anos e 6,7% de 26 a 35 anos.

No que tange ao tempo de docência no Serviço Social, 20% informaram possuir mais de 20 anos, 51,1% possuem de 11 a 20 anos, 13,3% de 8 a 10 anos, 11,1% de 4 a 7 anos e 4,4% de 1 a 3 anos.

Das 45 docentes que hoje desenvolvem atividades acadêmicas

na graduação, 36 informaram que possuem título de doutora, sendo 18 com titulação na área do Serviço Social. Todas informaram possuir mestrado, sendo 27 formadas na área de Serviço Social. As IES em que se pós-graduaram em Serviço Social são Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Em se tratando de vínculo empregatício, 51,1% das docentes possuem vínculo estatutário federal, seguido de 24,4% de estatutário estadual, 20% em regime de trabalho via CLT e 4,4% em Contrato por Tempo Determinado. Quanto à carga horária de trabalho, 84,4% destas profissionais informaram possuir carga horária semanal de 40 horas, seguido de 8,9% com carga horária de 20 horas, 4,4% com carga horária menor que 12h e 2,2% com carga horária de 30 horas. Das 45 participantes, 93,3% informaram dispor de tempo para preparar aula e 6,7% informaram que não possuem esse recurso.

A respeito do desenvolvimento do processo formativo, especialmente sobre a articulação entre os três núcleos de fundamentação propostos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, foi mencionado pelas participantes que há uma dificuldade em realizar essa articulação, seja nos espaços coletivos das UFA's, seja por iniciativas entre os profissionais.

Nas perguntas direcionadas ao desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico do Curso, observou-se uma tendência de que o momento de discussões sobre a proposta de formação profissional e desenvolvimento pedagógico estão restritos às reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Cursos e Plenárias Departamentais, sendo mínima a existência da proposta pedagógica que será aplicada pelos docentes que compõem os três núcleos de fundamentos, por docentes responsáveis pelo NFTP e daqueles que estão incumbidos de ministrar disciplinas para o mesmo período acadêmico.

Apesar de 68,9% afirmarem que existem discussões sobre o desenvolvimento pedagógico nas suas UFA's, no que concerne o desenvolvimento das atividades acadêmicas, quando se consideraram

as outras respostas fornecidas, percebeu-se que há um desconhecimento sobre o que o outro docente produz, como desenvolve as atividades acadêmicas e se a atividade docente desempenhada está articulada com o Projeto Político-Pedagógico do curso.

Esses elementos foram expressos por falas como da Docente 39: “Dependerá da perspectiva do professor que leciona a disciplina”, e da Docente 23: “poderia ser melhor concretizada, com maior ‘conversa’ entre as disciplinas e docentes”.

Essa dificuldade em concretizar espaços realmente coletivos, irá também se somar às concepções distintas de autonomia docente. A partir das respostas obtidas das docentes, percebeu-se que há interpretações diversas para o que se considera autonomia docente. Se por um lado, houve docentes que pontuaram que a autonomia docente, assim como em qualquer outro espaço de trabalho, é sempre relativa, devendo ser respeitadas as ementas e o direcionamento político-pedagógico do curso, houve aquelas que destacaram a autonomia como uma conquista individual em decorrência dos anos de trabalho, restrita à relação professor-aluno.

Conforme pontuado pela Docente 35, existe uma resistência de “alguns professores em achar que sua autonomia acadêmica é sinônimo de não ser questionado na sua dinâmica de trabalho acadêmico”. Este tipo de concepção, conforme Docente 41, exige a necessidade de “construir estratégias que coletivizem a responsabilidade pela formação profissional. Não é possível confundir autonomia com o fato de cada professor fazer o que quiser”.

Sabe-se que a autonomia de qualquer trabalhador é sempre relativa, especialmente se for levado em conta que se trata de uma relação de venda da força de trabalho a partir de demandas específicas do empregador. Ao mesmo tempo, é relativa porque é no exercício profissional que os sujeitos realizam as escolhas dos instrumentos, técnicas e teorias que irão embasar a direção ético-política de sua intervenção.

Desta feita, a autonomia relativa, ao mesmo tempo em que possibilita ao trabalhador conferir uma identidade profissional, implica

também no reconhecimento de sua responsabilidade na atividade desempenhada. Ou seja, não se trata apenas da liberdade em como desenvolver o trabalho, mas sob quais perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas será conduzido. Isso significa mais do que fazer e como fazer, se trata também do por que fazer e para que fazer, pois,

Se, por um lado, pode-se pensar que cada professor contribui mais com a formação do aluno ao adotar interlocutores por ele conhecidos, por outro, se cada um ficar restrito a essa possibilidade, o conteúdo da disciplina pode ser desvirtuado e o curso, em alguma medida, pode perder a sua unidade (TAVARES, 2008, p. 81).

Nas respostas destacadas, pôde-se observar a presença de uma autonomia distorcida, que tende a desvincular a atividade desempenhada em sala de aula de questões mais abrangentes como a proposta pedagógica do curso e a relação formação e atuação profissional enquanto expressão de um projeto de profissão. Acredita-se, em certa medida, que a autonomia distorcida esteja vinculada à reprodução da cátedra que confere certo grau de elitização e divisão do trabalho, contribuindo, desta forma, para reforçar, ideologicamente, os interesses das frações dominantes e seu projeto de educação, ao passo que distancia a universidade da sociedade.

A partir dos estudos produzidos por Coutinho (2010), observa-se que os influxos da reprodução capitalista têm colocado para a formação profissional uma racionalidade burocrática que submete a compreensão do real por meio de uma simples formalidade, como se a realidade concreta da educação fosse algo pré-estabelecido e que limitasse o sujeito de criar alternativas para modificá-la (COUTINHO, 2010).

Somado a isso, não há como falar do processo formativo sem levar em consideração como se constitui a divisão do trabalho no capitalismo, que, por meio da pragmática de especialização fragmentada, tem conduzido a conhecimentos que não se socializam (ANTUNES; PINTO, 2017).

Esta questão afeta diretamente o processo de formação profissional, uma vez que não é possível precisar como as atividades são

desenvolvidas no cotidiano. Isto porque, apesar de 68,9% afirmarem que existem discussões sobre o processo pedagógico nas suas UFA's, no que concerne ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, o que foi observado na pesquisa é que esses espaços não têm propiciado, de forma satisfatória, construções pedagógicas capazes de articular os momentos de idealização das propostas com a sua implementação no cotidiano do período letivo.

Destaca-se esse elemento, pois conforme relatado pelas docentes, há também a ocorrência de mudanças significativas no perfil discente, que tem apresentado dificuldades em período anterior ao ingresso no ensino superior. Sabe-se que estas dificuldades estão diretamente relacionadas com o conjunto de medidas adotadas nas políticas educacionais ao longo dos anos, pautado em um ensino desinteressado no conhecimento das propriedades do mundo real, seu domínio e em como se processa a reprodução da totalidade social.

Mas se por um lado existe o desafio de como lidar com esse novo perfil discente, que é expressão e fruto da sociabilidade burguesa contemporânea, há também os influxos desta sociabilidade presentes no trabalho docente. A incidência da reprodução ideológica de fragmentar, individualizar e desarticular a totalidade aparece no cotidiano docente quando os espaços que deveriam se constituir como momentos de construções coletivas, acabam se reduzindo a espaços administrativo-burocráticos de decisões.

É claro que não há como desconsiderar que a transferência de atribuições antes de competência de um servidor técnico-administrativo, a partir do não acompanhamento do crescimento dos cursos ou substituição de pessoal em decorrência de aposentadoria, impôs aos docentes uma sobrecarga de trabalho. Acrescenta-se a isto, a lógica produtivista das agências de fomento de pesquisas, que também são responsáveis pelo credenciamento dos programas de pós-graduação, e que, cada vez mais, direcionam os recursos das pesquisas e notas dos Programas sob a lógica individualista a partir do volume quantitativo de publicações, pesquisas, e orientações concluídas de cada docente.

Contudo, caso o considerado seja a defesa de um projeto profissional pautado na luta mais geral da classe trabalhadora, que expressa uma direção ético-política radicalmente diferente do projeto capitalista, há que se ater também a quais são as ações cotidianas que se propõem nos espaços de formação para garantir a sua expressão.

A proposta curricular das Diretrizes da ABEPSS versa sobre conteúdos que precisam se condensar em uma unidade dialética, em níveis diferenciados de abstração, garantindo que os diferentes conteúdos permitam conhecer a realidade, as demandas postas ao Serviço Social e como intervir. Portanto, exige mais do que domínio do conteúdo e dos componentes curriculares, exige a sua implementação em processo mediado. Isto porque a dinâmica da vida social interfere diretamente, tanto na apreensão do conteúdo, quanto nas escolhas materiais, ideo-políticas e éticas que irão expressar o trabalho profissional.

A partir dos dados apresentados, o que foi possível captar do cotidiano da formação profissional é que tem ocorrido um esvaziamento de momentos coletivos entre os docentes de troca de experiências e discussão sobre a processualidade e unidade dos núcleos para o desenvolvimento da formação profissional, ainda que existam, como destacados pelas docentes, os espaços das Plenárias, Colegiados e NDE.

É necessário que esses espaços, para além de atender às demandas administrativo-burocráticas, se coloquem também como ambientes de socialização de práticas pedagógicas, experiências de sala de aula, construção coletiva de conteúdos das disciplinas, expressando a lógica de complementariedade e interdependência dos núcleos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do conjunto de respostas fornecidas pelas docentes do NFTP, é possível identificar que há uma baixa interlocução entre os docentes sobre como se processam os conteúdos dos Projetos Político-Pedagógicos nas disciplinas.

O fato de os docentes não dialogarem sobre as propostas pedagógicas, os conteúdos que estão ministrados e como eles se arti-

culam às demais disciplinas e seus conteúdos, em parte explica as dificuldades que têm sido observadas, por parte dos estudantes de Serviço Social, em “decifrar o significado das demandas e captar a necessidade que subjaz ao exercício profissional na e sobre a realidade contraditória, nas suas determinações macroscópicas e microscópicas” (GUERRA, 2011).

É necessário retomar os espaços coletivos ou neles avançar dentro das Unidades de Formação, o que proporcionará uma articulação mais concreta entre a atividade desempenhada pelo docente na disciplina com a proposta de formação pedagógica do curso, gerando assim, um aumento no diálogo entre os docentes e permitindo, inclusive, que as disputas da direção da formação profissional sejam realizadas no âmbito coletivo.

Pois do contrário, a proposta contida no Projeto Político-Pedagógico pode vir a tornar-se mera abstração, gerando lacunas que dificultem a unidade entre os três núcleos, e, em última instância, na inviabilidade de garantir a defesa do perfil profissional crítico.

Assim, como recomendação, indica-se que os sujeitos inseridos nos espaços de formação profissional retomem o debate da lógica curricular das Diretrizes da ABEPSS, se apropriem das pesquisas produzidas sobre o perfil dos estudantes do ensino superior do Brasil, que sejam criados ou fortalecidos os espaços acadêmicos de discussão e decisão coletiva contínuas de forma horizontal e vertical com a participação dos estudantes, aprofundem o debate sobre autonomia didático-pedagógica do docente e garantam a integração entre a graduação e pós-graduação enquanto constitutivas da proposta de formação profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. São Luís: ABEPSS, 2008.

- ABESS/CEDEPSS. “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social.”  
Cadernos ABESS (Cortez), nº 7, p. 58-76, 1997.
- ANTUNES, Ricardo, e Geraldo Augusto PINTO. A Fábrica da Educação:  
da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo:  
Cortez Editora, 2017.
- BEHRING, Elaine. Brasil em contrarreforma: desestruturação do  
Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. Emenda Constitucional nº 95, de  
2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,  
para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências,  
Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.
- BRASIL, Presidência da República. Lei 8.662, de 07 de junho de  
1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá ou-  
tras providências, Brasília: Planalto, 1993.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 273,  
de 13 de março de 1993, Brasília: CFESS, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão.  
São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GUERRA, Yolanda Demetrio. A Instrumentalidade do Serviço Social.  
São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola,  
2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fe-  
tiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo:  
Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no  
Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.  
São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Kátia. Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula.  
São Paulo: Xamã, 2007.
- NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político do Serviço  
Social.” In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). Serviço Social  
e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez,  
2006. p.1-22.

- \_\_\_\_\_. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.
- ORTIZ, Fátima da Silva Grave. (2007). *O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidade de um processo em construção*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. (2007). *Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Claudia Mônica dos. (2006). *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TAVARES, Maria Augusta. “Questão Social e Serviço Social.” In: Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, por Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS. São Luís: ABEPSS, 2008, p. 68-90.

\*\*\*

## **Priscila Keiko Cossual Sakurada**

Professora Assistente na Escola de Serviço Social da UFF e Doutora em Serviço Social pela UFRJ.

*keikooo@gmail.com*

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 330 exemplares.